

FONTES QUATROCENTISTAS PARA A GEOGRAFIA E ECONOMIA DO SAARA E GUINÉ

Os cronistas marcam no Cabo de Não o termo inicial dos descobrimentos portugueses, o que não significa que se não navegasse para além, embora sem dobrar correntemente o Bojador. Económico-geograficamente entramos no Saara e, mais ao sul, na Terra Verde ou Guiné. Deixam de nos servir muitas das fontes que utilizámos para Marrocos, e surgem outras, de características diversas.

Para o Sul do Cabo de Não pode dizer-se que se não realizaram conquistas e ocupações permanentes, no século XV e primeira metade do XVI. Uma ou outra feitoria, um ou outro castelo, raríssimos, não desmentem a afirmação geral. Agora, a faina de descobrir insere-se na trama dos acontecimentos, ao passo que falta totalmente no que se reporta a Marrocos. Sem dúvida, os intrusos lanceiam mouros, azenegues e negros, assaltam aldeias, roubam o que podem — como em Marrocos; mas descem do navio à praia, internam-se e regressam ao mar. Não são cavaleiros e escaudeiros instalados em praças fortes; são homens de bordo que ocasionalmente calcurriam os caminhos de terra.

Ora, ao lado das reconstituições de gabinete, chegaram até nós alguns testemunhos dos próprios navegadores e mercadores — bem poucos, infelizmente. Por êstes relatos perpassa um espírito muito diferente do que anima as crônicas. Não são obras oficiais, encomendadas pelos círculos palacianos para exaltação de uma ideologia de interesse para os que a patrocinam; além da frescura da visão direta, que o cronista não pode dar (pelo menos a cada passo), não só os olhos contemplam facetas da realidade diversas das que preocupariam o escritor áulico da côrte, como ainda há mais sinceridade em desvendar as intenções, uma expressão muito mais direta do individual, em contraste com a expressão laboriosamente construída de pontos de vista que os dirigentes acham conveniente propalar, característica da historiografia oficial. E tal contraste patenteia-se bem ao lermos nas crônicas a pormenorizada descrição de pretensas gestas guerreiras, enquanto na penumbra ou na obscuridade ficam as lides marítimas, as indicações geográficas e o registo dos costumes dos povos com que se entrou em contacto.

A primeira em data das fontes que nos informam àcerca das regiões ao Sul do Cabo Não é a *Crônica da Guiné* de Gomes Eanes da Zurara. Ao publicá-la pela primeira vez, o Visconde de Santarém deu-lhe o título, que ficou consagrado, de *Crônica do Descobrimento e Conquista da Guiné*; mas Duarte Leite, José de Bragança e Costa Pimpão estabeleceram, com base nos dizeres do exergo e na referência que o próprio Zurara lhe faz na *Crônica do Conde D. Duarte*, que o seu verdadeiro título é *Crônica dos Feitos da Guiné* — o que, já por si, traduz intuito bem diferente. A carta de Zurara a D. Afonso V, que anda anteposta à *Crônica*, e o *explicit* desta datam-na de 1453. São evidentes, porém, sinais de redação posterior à morte do Infante D. Henrique; poderia supor-se que se trata de interpolações e emendas ao texto primitivo, mas o problema é, na realidade, mais complexo. A análise interna da obra revelou a Costa Pimpão que, tal como chegou até nós, deve consistir na cerzidura de duas obras diferentes: uma, a *Crônica dos Feitos de Guiné* própria dita, e a outra, uma *Crônica ou Livro dos feitos do Infante D. Henrique*, donde teriam sido aproveitados alguns capítulos e outros resumidos; a primeira teria sido escrita talvez em 1463-1464 (em qualquer caso antes de 1468, data da *Crônica do Conde D. Duarte de Zurara*, e depois de 1460, dada a morte de D. Henrique); a segunda remontaria a 1453 (a ela pertencendo a carta ao rei e o *explicit* da *Crônica da Guiné* atual), tendo sido começada por volta de 1452. A combinação das duas crônicas deveria imputar-se a um copista inepto, que as teria cerzido, alinhando-as temporalmente (aliás, de maneira desastrada), já morto o cronista e até talvez D. Afonso V (1). As investigações de Duarte Leite fortaleceram a idéia de que a *Crônica da Guiné* resultou da fusão de dois trabalhos diferentes. Mas, para este investigador, a verdadeira natureza da obra a que pertenceram os capítulos cerzidos à *Crônica dos feitos de Guiné* é a de *Panegírico*, que dataria de depois da morte do Infante; a *Crônica* teria sido começada antes de 1460 e até de 1458 (alguns anos depois de 1451), mas terminada até 1465 (em todo o caso depois da morte de D. Henrique); e o próprio Zurara é que teria fundido o *Panegírico* e a *Crônica* (2). Parece-me de aceitar a atribuição ao cronista, e não a um tardio compilador inepto, do trabalho de enxertar na *Crônica* trechos e resumos do *Panegírico* ou *Crônica dos feitos do Infante*. Quanto à data do *Panegírico*, não julgo o problema já totalmente resolvido. Costa Pimpão não conseguiu alinhar qualquer argumento de peso para a realização

(1). — Alvaro da Costa Pimpão: A "Crônica dos feitos de Guinée" de Gomes Eanes de Zurara e o manuscrito Cortez — d'Estrées. Lisboa, 1939; A "Crônica dos feitos de Guinée", as minhas "teses" e as "teses" de Duarte Leite (Revista Biblos, vol. XVII, tomo II, págs. 665-696), Coimbra, 1941.

(2). — Duarte Leite: Acêrca da "Crônica dos feitos de Guinée". Lisboa, 1941, Um crítico da *Crônica da Guiné*, Coimbra, 1942.

de obra dêsse gênero antes da morte do Infante. Não será, porém, possível aduzi-lo? A explicação poderia talvez ser a seguinte: Alfarrobeira dera-se em 1449; D. Henrique era severamente verberado pela sua atitude com o irmão, o próprio rei não escapava às censuras, e o partido de D. Pedro não se extinguiu totalmente (em Zurara mesmo encontramos referência a “outras vozes muyto contrairas daquestas que ataa aquy razoey”). É, pois, natural que o rei encarregasse Zurara da *Apologia* (no pleno sentido da palavra) do tio e que este recompensasse o escriba com o título de comendador de Alcains em 1452. Não nos devemos esquecer de que a Regência é o reatar do conflito social de 1383-1385 — a luta entre as classes urbanas e a nobreza —, e que D. Henrique representou presumivelmente a política da nobreza. Em 1449-1450 Zurara compôs (ou antes, re-compôs) a *Crônica da Tomada de Ceuta*, destinada já a apagar a figura do Infante D. Pedro, a exaltar a figura do Infante D. Henrique e a fortalecer a consciência expansionista-guerreira. A nobreza triunfante em Alfarrobeira carecia de criar o mito de uma grande personagem que fizesse olvidar o Infante das sete partidas e da “Virtuosa Benfeitoria”; necessitava de lhe arrancar os louros da expansão marítimo-comercial. A corroborar o que pode deduzir-se quanto à datação destas imposições do momento está a análise interna do capítulo V da *Crônica da Guiné* que mostra que nele só se referem fatos até 1451 inclusive; ora, se escrito depois da morte de D. Henrique, deveria referir pelo menos a tomada de Alcácer-Ceguer (1458). Por outro lado, contraditoriamente, a carta de Zurara ao rei — como mostrou Duarte Leite — tem todos os visos de escrita depois da morte de D. Henrique.

O problema ainda se complica, porque a *Crônica dos feitos de Guiné* não deve passar de remodelação de uma crônica anterior, cujo autor é Afonso de Cerveira, a que o próprio Zurara alude freqüentemente dando-nos a impressão de que se limita a decalcá-la e ajustá-la a outros fins. Desconhecemos tal Crônica e desconhecemos o seu autor. João de Barros, na *Década I da Ásia*, identifica-o com um Afonso de Cerveira que depois de 1485 era feitor em Benim, e de cujas cartas o cronista de quinhentos teve conhecimento parcial. Baseado neste passo de Barros, aventou José de Bragança a hipótese de que Cerveira, apaniguado de D. Pedro, teria embarcado para África entre a desgraça do Regente e a batalha de Alfarrobeira, indo, mais tarde, daí para Benim (3). Sabemos, por documentos das chancelarias, da existência de outro Afonso de Cerveira, escudeiro criado do rei D. Duarte e recebedor do almoxarifado da Guarda em 1437 e 1438; este Afonso ti-

(3). — Introdução à *Crônica da Guiné* (Edição de 1937, Pôrto), vol. I, pág. XXXIX.

nha um irmão João Cerveira que vivia em 1446, quando aquêlê já estava finado (4). De um Afonso de Cerveira, almoxarife régio em Lamego, diz-nos uma carta de 7 de agosto de 1456 que fôra morto nessa cidade por um criado do Infante D. Henrique, João Homem, em 1441 ou 1442 (5); é muito provável que se trate do anteriormente recebedor da Guarda. Por conseguinte, não é o Afonso de Cerveira recebedor e almoxarife o autor da *Crônica* que Zurara copiosamente utilizou (6). Contra a hipótese de José de Bragança, não vê Duarte Leite qualquer razão para identificar o feitor de Benim (que o podia ser desde 1476) com o cronista do mesmo nome; mais ainda: Duarte Leite avança até que Cerveira já era falecido quando Zurara escreveu, "pois se vivo, é inverossimil que o cronista lhê tomasse sem cerimônia o grosso da sua obra"; na identificação de Barros e Bragança, Cerveira teria sobrevivido à morte do seu plagiador (1474).

Pela análise da *Crônica dos feitos de Guiné* de Zurara conseguiu Duarte Leite apurar que a *Crônica* de Cerveira devia constar de dois livros, dos quais foi integralmente escrito o primeiro, ficando por escrever ou por acabar o segundo. O primeiro livro narrava os acontecimentos até 1448 inclusive, devendo terminar neste ano: efetivamente, o balanço das caravelas enviadas e léguas percorridas, interpolado no capítulo LXXVIII da *Crônica da Guiné*, conduz-nos precisamente até essa data. A *Crônica* de Cerveira devia ser mais minuciosa do que a de Zurara, porquanto por três vezes êste cronista declara que omite descrições ou transcrições do seu antecessor (7). Supôs José de Bragança, e, ao que se me afigura, com muita felicidade, que Afonso de Cerveira deve ter sido cronista do Regente; na sua *Crônica* é muito possível que a iniciativa das principais viagens estivesse atribuída a D. Pedro; Zurara posteriormente apagaria o nome execrado do filho segundo do Mestre de Aviz e substituí-lo-ia pelo de D. Henrique (como ainda claramente se percebe em certas passagens) (8).

Qual a personalidade de Afonso de Cerveira e características da sua obra? É muito difícil responder. É razoável, no entanto, conjecturar que não era navegador nem escrivão de bordo, e que, por isso, nunca visitou as regiões de que fala. Na realidade, o cômputo das distâncias em léguas vem constantemente errado, de maneira grosseira, as fainas marítimas não parecem constituir o tema

(4). — Carta de quitação de 8 de setembro de 1446 (*Documentos das Chancelarias reais* relativas a Marrocos vol. I págs. 331-9; cf. *Idem*, pág. 170).

(5). — Carta de 7 de agosto de 1456 (*Idem*, vol. II, pág. 516).

(6). — Costa Pimpão: A "*Crônica dos Feitos da Guiné*", págs. 1-2. Duarte Leite: *Acêrca da "Crônica"*, pág. 91.

(7). — Duarte Leite: *ob. cit.* págs. 88-91.

(8). — José de Bragança: *Notas à Crônica da Guiné*, edição de 1937. Pôrto. Cf. *Documentos sôbre a Expansão Portuguesa*, vol. II, cap. III.

central (deformação aliás atribuível ao épico Zurara), as descrições são vagas e, em especial, as que se reportam à flora e fauna “não parecem feitas *de visu*, atento o exagêro das dos animais” (9). Obra de gabinete, em suma, elaborada sôbre testemunhos orais e anteriores relatos escritos parciais.

A perda da *Crônica* de Cerveira, fonte quase exclusiva da obra de Zurara, fere irremediavelmente de incerteza o valor da *Crônica dos feitos de Guiné* que até nós chegou. E, o que é também importantíssimo: a *Crônica* de Zurara é trabalho de segunda mão, que nada indica o refundidor tenha melhorado, antes parece ter deturpado; ora, como é provável que Cerveira escrevesse sôbre testemunho alheio e não tivsse visitado as plagas africanas, a *Crônica da Guiné* é, quanto ao conhecimento e descrição das regiões descobertas, obra de terceira mão, pois ignoramos como procedeu Zurara relativamente às passagens que consignam tal conhecimento no livro do seu predecessor. Eu sei, tem-se apresentado a *Crônica da Guiné* como patrocinada pelo Infante D. Henrique e elaborada sob a sua direção científica; tal assêrto não repousa, porém, em quaisquer bases documentais e, a ser verdadeiro, só atestaria o reduzido cabedal e interêsse científico do Infante. Efetivamente, a *Crônica* enferma de defeitos graves, é uma obra imperfeita — a mais imperfeita das de Zurara. Segundo as conclusões sólidas a que chegou Duarte Leite, vamos enumerar as suas principais características que para o caso nos interessam:

1.^o A *Crônica da Guiné* destina-se a narrar os *feitos* dos portugueses em África, quer dizer, a ser uma crônica de ações guerreiras;

2.^o Não é, por tal razão, uma crônica dos descobrimentos;

3.^o As distâncias que aponta estão tôdas erradas por forte excesso (que vai de 32% a 60% pelo menos);

4.^o Raras vêzes aponta as distâncias;

5.^o Omite freqüentemente as datas de partida das viagens e nunca refere as datas de regresso;

6.^o Contradiz-se no número total de navios que foram à Guiné até 1446;

7.^o “Poupa-se em nomear os lugares descobertos, pois em cêrca de 300 léguas de costa apenas menciona 11 nomes portugueses, quando o mapa de André Branco de 1448 traz mais de 34 no mesmo espaço”;

8.^o É muito pobre de informações no que respeita à maneira como se organizavam as expedições;

9.^o Nunca fala da arte de navegar;

(9). — Duarte Leite: *ob. cit.*, págs. 91-2.

10.º As descrições dos lugares são inacreditavelmente sumárias;

11.º Quase nada diz do comércio com os nativos, nem da vida econômica dos povos africanos (10).

Em face de tais características, temos de reconhecer que as perplexidades se amontoam, ao pretendermos utilizar a *Crônica da Guiné* para estabelecer o estado econômico e social das populações com que os portugueses entraram em contacto. Dificuldade basilar: a identificação dos lugares a que aportaram, cujo nome o cronista em geral omite, cuja distância de pontos conhecidos raro refere e, se o faz, com certeza erradamente. Dêste modo, temos muitas vêzes de nos servir das pobríssimas descrições para identificar os lugares, por comparação com as descrições de outras fontes, o que torna muito conjecturais as referências que colhemos em Zurara. Esta dificuldade aumenta de intensidade à medida que caminhamos para o sul; fato primacial: a *Crônica* não indica qual o termo último das viagens até 1448 (não o localiza), o que suscita múltiplas hipóteses e nos lança em novos embaraços. Há a certeza de que a exploração durante a Regência abrange o Rio Senegal, o Cabo Verde, o Cabo dos Mastos; com tôda a probabilidade engloba o rio Gâmbia e estendeu-se mais para além, até onde? É provável que fôssem descobertos os rios de Casamansa e o Cabo Roxo, e talvez as caravelas chegassem ao rio de S. Domingos (Cachéu). Antes das investigações de Duarte Leite, seguido por Damião Peres, aceitava-se que os portugueses visitaram antes de 1448 o rio Geba e até o Rio Nuno, ainda mais ao Sul; mas esta interpretação revelou-se frágil (11). Ao lado desta dificuldade basilar da identificação dos lugares, uma limitação de enormes conseqüências: a insuficiência de informações geográficas e econômico-sociais, resultado sobretudo da atitude de fâmulos da nobreza e homem de arquivo, que só vê a gesta guerreira e despreza a busca do proveito e a atividade de mercadejar. E, em terceiro lugar, uma característica que não devemos esquecer: o cronista não viu as regiões de que fala.

Quando transitamos para a segunda em data das fontes que se reportam ao descobrimento da Guiné o panorama muda integralmente. As *Navegações* de Alvise da Ca' da Mosto são obra de um navegador e mercador, que as escreveu entre 1456 (ano da sua segunda viagem) e 1483 (presumível ano da sua morte). É muito natural que as *Navegações* se baseiam em apontamentos de bordo, tirados durante as viagens de 1455 e 1456 à Guiné; não sabemos, porém, se foram redigidas ainda em Portugal, até 1463 (1.º de fevereiro: data da partida para a Itália), ou se já o foram na pátria

(10). — Duarte Leite: *Acêrca da "Crônica dos Feitos de Guinee"*, Lisboa, 1941.
(11). — *Documentos sôbre a Expansão Portuguesa*, vol. II, cap. III.

pouco depois do regresso: Andrea da Mosto, seu principal biógrafo, inclina-se para a primeira hipótese. A biografia de Cadamosto elucida-nos bem sôbre as características da sua obra. Como data provável do seu nascimento em Veneza, aponta-se o ano de 1432; pertencia a uma família patricia veneziana ativamente interessada no comércio. Muito novo, Alvise entrou na vida de negócios, e já aos treze anos viajou à Barbária e no ano seguinte a Creta. Como "besteiro nobre" foi na esquadra de comando de Contarini a Alexandria em 1451, e no ano seguinte partiu para a Flandres nas galés da carreira, regressando em fins de 1453. Para a Flandres partiu de novo em agosto de 1454, mas ficou em Lagos. Depois da estadia de oito anos em Portugal, regressou a Veneza e negociou em produtos das Canárias, exportou castanhas para Alexandria e malvânia e sêda para Inglaterra; exerceu vários cargos públicos, foi encarregado de missões diplomáticas e comandou as galés que iam ao Egito comerciar (12).

Esta vida dá-nos o homem. Não é o conservador de um arquivo, um homem de biblioteca; não depende de reis nem de nobres, não foi oficialmente encarregado de qualquer crônica destinada a fins oficiais; a sua mentalidade não é a do cavaleiro ou escudeiro, para quem o mister é o exercício das armas e o fito o acrescentamento da honra e estado. É o homem que viajou largamente, conhece a Itália, o Egito, Creta, o Norte da África, a Flandres, Portugal, a Guiné: horizonte cosmopolita. E hábitos de pensar em escala cosmopolita também. Conhecimento direto, vivido, da realidade. Espírito voltado para as considerações do proveito — do lucro — atento às possibilidades comerciais, ao quadro da vida econômica: naturalmente, um homem assim observa com atenção os costumes das gentes com que contacta, procura saber como se organizam, o que produzem, se trocam ou vendem, o que comem, e como se vestem.

Não estamos bem elucidados àcerca das condições em que veio para Portugal e resolveu navegar para a Guiné. Declara Cadamosto que, ao passar por Lagos a caminho da Flandres, foi seduzido pelos lucros que os portugueses lhe asseveravam garantiam o comércio africano. Não é, porém, improvável que já partisse de Veneza com a idéia de vir a Portugal com uma missão relacionada com a procura de especiarias na costa ocidental de África (13). Seja como for, é certo que em 1455 embarcou numa caravela, fêz escala pelas ilhas de Pôrto-Santo e Madeira e arquipélago das Canárias, navegou para o sul, passando o Cabo Branco e a Ilha de Arguim, visitou a foz do rio Senegal e o país de Budomel, dobrou o

(12). — Para a biografia de Cadamosto seguimos o Apêndice e a *Le Navigazioni Atlantiche* (Edição Rinaldo Caddeo, Milão 1929), que sumaria as investigações de Andea da Mosto.

(13). — *A Expansão Quatrocentista portuguesa* (Lisboa, 1944).

Cabo Verde, esteve no país dos barbacin e serrenos e chegou ao Gâmbia. Na segunda viagem, do ano seguinte, Cadamosto e Antoniotto Uso di Mare teriam descoberto o arquipélago de Cabo Verde, passado as Duas Palmas e o Cabo Verde, estanciado na região do Gâmbia e continuariam para o sul, dobrando um cabo, descobrindo um rio de razoada grandeza e depois o rio Casamansa; descobriram em seguida o Cabo Roxo, o Rio de Santa Ana, o Rio de S. Domingos e finalmente o Rio Grande (Geba), avistando e visitando o arquipélago dos Bijagós.

O valor histórico do testemunho do veneziano tem sido acerbamente contestado. Nele acreditaram Valentim Fernandes, no principio do século XVI, e Damião de Góis em meados do mesmo século; mas ignoram-no ou recusaram-se a utilizá-lo os outros cronistas da expansão, e nessa mesma éra de quinhentos Pedro Mártir de Anghiêra acusou violentamente Cadamosto de lhe ter roubado a sua narrativa dos descobrimentos: acusação totalmente injusta, pois o veneziano era já morto quando êstes se deram e que repousa no simples equívoco de, na edição dos *Paesi nuovamente ritrovati*, as cartas de Pedro Mártir seguirem as relações de Cadamosto sem nome do autor. Modernamente, muitos investigadores rejeitam que Cadamosto tivesse descoberto o arquipélago de Cabo Verde e alguns acoimam até de falsidade tôda a segunda viagem, que não passaria de fictícia, cerzida sôbre os relatos das viagens de Diogo Gomes e outros navegadores. É êste um ponto fundamental para os objetivos que nos propomos. Vamos, por isso, examinar as alegações contra Cadamosto, tais como as compendia Armando Cortezão:

1.^o Cadamosto não descobriu nem nunca esteve no arquipélago de Cabo Verde porque:

a) Fala de um rio largo na Ilha de Sant'Iago; ora nesta ilha não existe qualquer rio nem sequer ribeira;

b) Diz que por alturas do Cabo Branco foi assaltado por vento furioso de sudoeste, durante duas noites e três dias, indo parar às ilhas de Cabo Verde; ora, como estas ficavam precisamente a sudoeste, é impossível que com o vento lá tenha ido ter: logo, não sabia sequer onde as ilhas ficavam;

c) Diz que partiu de Lagos em princípios de maio e que chegou a Sant'Iago no dia de São-Felipe e Sant'Iago; impossível, pois êste é o 1 de maio.

2.^o A primeira viagem de Diogo Gomes e a segunda de Cadamosto teriam sido no mesmo ano e ambos se vangloriam de ser os primeiros a estabelecer relações com os indígenas e com o rei Batimansa; "ora isto não é natural, e muito menos que nenhum dêles fale da viagem do outro".

3.^o Descreve Cadamosto a admiração dos indígenas do Rio Geba ao verem caravelas, dando a entender que era o primeiro na-

vegador que visitava essas paragens; ora, já lá tinham estado pelo menos Nuno Tristão e Estevão Afonso (14).

Quase tôda esta argumentação assenta em premissas erradas. O terceiro argumento fica destruído pelo fato de Duarte Leite e Damião Peres terem demonstrado que Nuno Tristão morreu no rio Gâmbia e não o Geba ou no rio de Nuno; por outro lado, Estevão Afonso deve ter estado no rio de Casamansa e não mais ao sul, consoante noutro trabalho procuramos mostrar (15). A existência de um rio na ilha de Sant'Iago nos séculos XV e XVI é atestada pela *Navegação de Lisboa a São Tomá* (1553) escrita por um piloto português anônimo, e é-o igualmente pela toponímia pois a primeira povoação da ilha se chamou da Ribeira Grande. Não é verdade que Cadamosto diga que foi parar ao arquipélago de Cabo Verde com vento de sudoeste; o que afirma é que, para não ter de voltar para trás, se fez na volta do oeste e noroeste, para costear o vento contrário e se aguentar, subentendendo-se que navegou em seguida com rumo ao sul. Quanto à data da partida de Lagos, há incerteza nas edições, de modo que em tal erro não é lícito assentar conclusão tão grave como é a da falsidade de Cadamosto. Lopes Lima, baseado na sua experiência pessoal como oficial da marinha que fez demoradas estações no arquipélago, contestou que do alto da ilha de Boavista se pudesse (como afirma Cadamosto) avistar duas ilhas ao sul; mas Sena Barcelos, caboverdeano e também baseado na sua experiência pessoal, confirma a afirmação de Cadamosto.

Não pode ainda considerar-se resolvido o problema do descobrimento das ilhas de Cabo Verde (16), e por isso, mostrado que não há na narrativa do veneziano a tal respeito falsidades decisivas, não consideraremos por mais tempo essa questão. Vejamos propriamente a viagem à Guiné. Cadamosto engana-se ao contar que, depois de largar do rio de Casamansa, chegou ao rio de Santa Ana, porquanto este é ao norte e não ao sul daquele (17). O problema fundamental é o da comparação e possível relação das duas viagens, de Cadamosto e Diogo Gomes, no mesmo ano de 1456. Entre as duas narrativas há diferenças importantes. Em primeiro lugar, Cadamosto estanciou no Rio Gâmbia na viagem de ida, ao passo que Diogo Gomes o fez na de regresso. Em segundo lugar, o português chegou ao rio Fancaso, que o veneziano não

(14). — Armando Cortezão: *Subsídios para a história do Descobrimento da Guiné e de Cabo Verde* (Boletim da Agência Geral das Colônias, n.º 76, outubro de 1931), p. 36-8.

(15). — *Documentos sobre a Expansão Portuguesa*, vol. II, cap., III.

(16). — No 3.º vol. dos *Documentos sobre a Expansão*, pronto desde 1947 mas ainda não publicado devido a dificuldades editoriais, apresentamos uma solução bastante plausível.

(17). — Damião Peres: *História dos Descobrimentos* (Pôrto, 1944), págs. 103-4.

visitou (18). Em terceiro lugar, Diogo Gomes, enquanto permaneceu no Gâmbia, esteve em Cantor, o que aconteceu com Cadamosto. Em quarto lugar, as descrições da estada no rio Geba não coincidem: Diogo Gomes fala de que os *mouros* trouxeram malaguêta, panos de algodão e dentes de elefante, ao passo que Cadamosto (que nunca omitiria tais referências) diz que obteve só uns pedacitos de ouro. Mas as próprias circunstâncias das relações com o Batimansa são diferentes: o futuro almoxarife de Sintra encontrou-se pessoalmente com o rei na margem do rio e recebeu d'ele três negros em presente, e depois visitou a sua residência, acabando o chefe indígena por se mostrar interessado na religião cristã; ora Cadamosto limitou-se a enviar um presente ao Batimansa e a comprar alguns escravos e um pouco de ouro. O veneziano não reivindica, portanto, a primazia nas relações diretas com o rei, pois não fala que as estabeleceu ou tentou estabelecer. Não havendo pois, contradição entre os dois relatos, e sendo diferentes, as cousas devem-se ter passado assim: 1.º Cadamosto sobe o Gâmbia, envia um presente ao Batimansa e comercia com os negros do seu reino; 2.º Diogo Gomes trata pessoalmente a paz e comércio com o Batimansa.

Se as considerações que precedem são corretas e relevantes, não há razão para duvidar da segunda viagem de Cadamosto (19), como ninguém duvidou da realidade da primeira. Mais ainda. Das relações do século XV são as duas de Cadamosto arquitetonicamente as mais perfeitas, as mais logicamente ordenadas; são também as mais precisas e minuciosas, sem dar lugar a dificuldades de localização, como as de Zurara e Diogo Gomes. Os erros que nelas se relevam são mínimos, os cálculos das distâncias têm uma aproximação que só o *Esmeraldo* excederá. Nenhuma das outras revela o mesmo sentido da natureza, as mesmas capacidades de observação, que só serão ultrapassados em alguns trechos da coletânea de Valentim Fernandes. Estas características, conjugadas com o que conhecemos da personalidade de Cadamosto, conferem quase a certeza de que o veneziano escreveu sobre o que viu, com uma atitude mental de curiosidade pela flora e fauna, pelos costumes, crenças e formas de organização dos povos, que não encontram a essa data paralelo em Portugal.

A conclusão análoga chegaríamos se comparássemos as *Navegações* de Cadamosto com a de Pedro de Sintra. Estas são muito mais concisas e mais pobres de dados sobre a natureza e os indígenas, quase sêca enumeração dos lugares percorridos por aquêlê navegador até 1462. Declara Cadamosto que um seu amigo acom-

(18). — A sua narrativa é suficientemente minuciosa para que seja impossível conceder tal omissão. Uma omissão é, ao invés, possível na relação de Diogo Gomes.

(19). — O mais recente historiador dos Descobrimentos, Damião Peres, aceita-a sem sequer a discutir. *Ob. cit.* págs. 102-104.

panhou o capitão Pedro de Sintra e no regresso “il predetto mio amico dismontò in casa mia il quale mi diede in nota di punto di punto tutto il paese che avevamo discoperto, e li nomi che gli aveano messo, e le starie come stavano”; ora êste amigo era um jovem portuguez que viajara com Cadamosto à Guiné como escrivão de bordo, segundo nos informa o veneziano (20). É, por conseguinte, muito provável que Cadamosto se limitasse a reduzir a escrito o relato oral ou até que reproduzisse simplesmente, talvez polindo-o, o diário de bordo na posse do escrivão ou mesmo por êste redigido. “Seja como for, a *Navegação de Pedro de Sintra* é obra escrita ou ditada por um escrivão da época henriquina e, como tal, um excelente padrão dos diários de bordo, ao começar a segunda metade do século XV ” (21). A *Navegação* descreve-nos a costa africana desde o Rio Grande (Geba) até a Mata de Santa Maria.

Numa coletânea de obras sôbre a expansão portuguesa, compilada por Valentim Fernandes em 1506-1507, vêem insertos três textos latinos com os títulos *De prima iuentione Gujnee*, *De insulis primo inuentis in mar oceano occidentis*, *De inuentione insularum de Açores*. Lê-se ao começo da primeira relação: “Qualiter fuit inuenta Aethiopia australis quae Libia inferior nuncupatur ultra descriptionem Ptolomei quae Agizimba nominabatur nunc vero Guinea ab inuentoribus Portugalensibus nuncupata est usque hodiernum diem quam inuentionem retulit Dioquo Gomez almoxeriff palatii Sinterij Martino de Bohemia incliti militi abmano” (22). Trata-se por conseguinte, de uma relação do descobrimento da Guiné redigida em latim sôbre o relato — oral ou escrito? O mais provável é oral — que dêle lhe fêz um navegador henriquino, Diogo Gomes.

Martin Behaim nasceu em Nuremberg em 1459 e aprendeu os rudimentos de cosmografia; em junho de 1484 veio para Portugal e aqui casou, talvez em 1488, com uma filha de Josse de Hurtere, natural de Bruges, capitão donatário do Faial e Pico. Em 1492 encontra-se de novo na sua terra natal, onde constroi o célebre globo em que acumula ignorâncias e presunções eruditas e se vangloria de ter viajado com Diogo Cão no descobrimento da África. Regressou a Portugal e morreu em Lisboa em 29 de julho de 1507.

Ignoramos a data da relação de Diogo Gomes. Não é certamente anterior a 1485, ano em que possivelmente Behaim fêz uma

(20). — Teria Cadamosto utilizado já os seus préstimos (inclusive as suas notas) para redigir o relato das duas viagens de 1455 e 1456 ou, pelo menos, de uma delas? A hipótese não é inverossímil.

(21). — Jaime Cortezão: *A Carta de Pero Vaz de Caminha* (Rio de Janeiro, 1943), págs. 16-17.

(22). — Este *incipit* deve ter sido redigido por Valentim Fernandes, porquanto o próprio Martinho de Boêmia não se anunciaria como *inclito* cavaleiro (Duarte Leite, *ob. cit.*, pág. 148).

viagem á Guiné (23) e ano seguinte ao da sua vinda para Portugal. Poderíamos supô-la anterior a 1492, ano em que Martim está de novo em Nuremberg, pois qualquer data posterior ao seu regresso a Portugal dá já a Diogo Gomes idade muitissimo avançada (ignoramos o ano da sua morte). Mas na *Relação* lê-se: "... e Antônio da Noli pediu ao rei a capitania da ilha de Sant'Iago, que eu Diogo Gomes descobrira; e o rei deu-lha, e êle a conservou até morrer." Ora, a data da morte de Antônio da Noli talvez seja 1496 (24); logo a *Relação* é, pelo menos neste passo, posterior a 1495 (25). As suas circunstâncias também nos não são conhecidas. Sabemos tão só que Diogo Gomes era então almoxarife de Sintra, tendo abandonado possivelmente há longos anos as fainas marítimas. O que na relação é de fato do antigo navegador e o que deve imputar-se ao alemão, não é fácil discriminar; as referências eruditas podem ser da pura responsabilidade de Behaim (26).

Na enumeração e narrativa das navegações até 1448 há salientes discrepâncias entre o relato de Gomes-Behaim e a *Crônica da Guiné*. O almoxarife já devia estar velho e com a memória cansada quando sôbre o tema falou com o alemão, e possivelmente as informações que colhera oralmente a tal respeito não mereceriam extraordinária confiança. Há erros evidentes na relação. Em todo o caso, os apontamentos de Diogo Gomes caracterizam-se por maior precisão geográfica (indicando quase sempre os nomes dos lugares) do que a obra de Cerveira-Zurara. Mas não é comparável, sob êsse ponto de vista nem sob o da abundância de indicações naturalistas e etnográficas, aos relatos de Cadamosto. Quanto às suas características essenciais, pode dizer-se que a relação em análise está entre a *Crônica da Guiné* e as *Navegações* do veneziano. Se fala em grande parte do que ouviu e não presenciou, Diogo Gomes narra também o que viu, as suas próprias viagens, baseia-se numa experiência pessoal, direta. Não é, decerto, o veneziano cosmopolita, que viajou por vários mares, ligado ao mais alto capitalismo europeu; mas é um navegador do Atlântico que sulca o golfão, e homem de mentalidade essencialmente comercial: pois não foi para almoxarife quando já não podia navegar? A *Relação* revela-no-lo interessado no ouro, nos escravos e na malaguetta, e em tôda ela perpassa o sópro da ânsia de proveito (o que não quer dizer que se não refira também à evangelização). E, além disso, como as *Navegações* de Cadamosto, não é uma obra oficial, é uma compilação de apontamentos particulares.

(23). — Duarte Leite, *ob. cit.*, pág. 148 (nota 165).

(24). — Sena Barcelos: *Subsídios para a História de Cabo Verde e Guiné*, págs. 51-2.

(25). — Fontoura da Costa: *Cartas das Ilhas de Cabo Verde*, pág. 17.

(26). — Assim o supõe, e com razões, Duarte Leite.

Na parte que podemos chamar etnográfica, a *Relação* é assim de confiança, e continua para o sul as informações de Zurara, dispondo nós portanto, com o testemunho de Cadamosto, de dois testemunhos coevos e *de visu* sobre as regiões do Senegal, do Gâmbia e do Rio Grande (Gêba).

Apensa ao *Itinerário* do Dr. Jerônimo Munzer anda uma relação, por êle redigida (consoante as suas próprias declarações), *De inuentione Africae maritimae et occidentalis uidelicet Geneae per Infantem Henricum Portugalliae*. Não se tem prestado atenção a esta obra, considerando-se comumente que não passa de reprodução da de Gomes-Behaim. Munzer, nascido em Feldkirch, em data ignorada, doutorou-se em medicina pela Universidade de Pavia em 1478, e residiu depois em Nuremberg, "onde exerceu a sua arte, obtendo ao fim de dois anos o direito de cidadão". Visitou a Itália de novo em 1484-1485. Em 1494 partiu para a Península Ibérica na companhia de três mercadores alemães, e esteve em Espanha e em Portugal. Já em 14 de julho de 1493 escrevera de Nuremberg a D. João II, sugerindo-lhe o plano de atingir a Índia pelo Ocidente, para cuja execução lembrava Martim Behaim, que parece ter sido o portador da carta. A sua morte é de 27 de agosto de 1508, na cidade de adopção (28).

A relação de Munzer divide-se claramente em duas partes. A primeira narra os descobrimentos realizados em vida do Infante D. Henrique, a segunda informa-nos acerca do clima e mar, flora e fauna, produções e comércio, guerras e religião da Guiné, bem como acerca das ilhas de S. Tomé, Madeira e Açores. Esta segunda parte tem por fontes, segundo indica o próprio autor, um poema em verso heróico, de Cataldo Sículo, e os relatos orais deste pregador do rei, de D. João II (principalmente no que respeita à ilha de S. Tomé), de Conrado de Ratisbona, bombardeiro que esteve em África, de outros navegadores, de Josse Hurtere e da esposa deste. Tal descrição não localiza, excepto no que às ilhas concerne, os dados que nos fornece sobre a Guiné (em sentido muito lato). A primeira parte enumera e narra as navegações de maneira muito próxima à da *Relação* de Diogo Gomes, em nítido contraste com a *Crônica da Guiné*. Mas entre o texto de Munzer e o de Gomes-Behaim há diferenças que não são para desprezar, além de pequenas diferenças que atestam a pouca confiança que merece o manuscrito do segundo que até nós chegou. Indiquemos algumas:

a) Munzer indica que D. Henrique foi movido aos descobrimentos porque "os rendimentos paternos não chegavam para tão grandes despesas"; Gomes diz que foi "para sustentação de seus nobres".

(28). — Basílio de Vasconcelos: "*Itinerário*" do Dr. Jerônimo Munzer (Coimbra, 1932), Introdução.

b) Munzer declara que em 1415 alguns nobres que embarcaram em Lisboa para Ceuta foram arrastados pelas tempestades para a ilha de Lançarote, desembarcaram aqui e, como não vissem ninguém, retiraram-se; segundo Gomes Behaim, D. João de Castro em 1415 foi com uma armada e conquistou a Grã-Canária.

c) Munzer não cita Diogo Gomes entre os componentes da expedição de Gil Eanes, Lançarote, Nuno Tristão e Gonçalo de Sintra às ilhas de Tesslin, Nar e Tider, mas em compensação indica (o que Gomes-Behaim não faz) que os cativos foram em parte vendidos em Portugal e em parte dados ao Papa e a outras pessoas.

d) Munzer não fala da viagem de Diogo Gomes de 1456 — que é, por assim dizer, o centro da *Relação* Gomes-Behaim.

e) Munzer fala só de uma viagem de Diogo Gomes, por mandado do rei, depois da morte de D. Henrique, e dela relata só que em 12 dias chegou a Cabo Verde; deve ser confusão com a viagem que Gomes relata como passada antes da morte do Infante.

f) Munzer nada diz àcerca do descobrimento do arquipélago de Cabo Verde.

As omissões relativamente a Diogo Gomes são grave óbice contra a hipótese a não ser isso altamente provável, de que Jerônimo sumariou o que lera na *Relação* de Gomes-Behaim, que lhe teria sido facultada pelo seu amigo e concidadão ou pelo impressor de Morávia Valentim Fernandes. É ainda talvez estranho que Munzer não refira as suas conversas com Behaim ou com Fernandes, porquanto refere na segunda parte os seus informadores. Ter-se-ia servido de uma *Relação* — hoje desconhecida e perdida — em que também se tivesse baseado Diogo Gomes ou Martim Behaim? A hipótese tem uma certa verossimilhança.

A *Relação De Inuentione Africae maritimae et occidentalis* é feita sobretudo do ponto de vista das relações da Guiné com Portugal e não tanto da realidade africana em si própria. Dá-nos o comércio dos portugueses com essas regiões no reinado de D. João II e as transformações culturais, mais do que a própria economia e creanças nativas; mas apesar disso dela há a reter algumas indicações.

O mais rico repositório de informações etnográficas sobre a África Ocidental Setentrional é a coletânea de Valentim Fernandes o Alemão. Este impressor, natural da Morávia, veio para Portugal talvez em 1494 e aqui faleceu em fins de 1518 ou princípios de 1519. Conhecia alemão, latim, português e castelhano. A partir de 1503 exerceu o lugar de tabelião público e corretor dos mercadores alemães residentes em Lisboa. A sua atividade repartiu-se também pela impressão, tradução, compilação e até pela redação

de alguns originais. Correspondia-se com Conrad Peutinger e com um mercador de Nuremberg (29).

Valentim Fernandes não é, portanto, o navegador ou o comerciante, mas também não é o cronista oficial, áulico da côrte. Mas está em relações com todos estes meios. Ligado à "nova arte" da imprensa — essa arte nova que inicialmente serviu para difundir a cultura medieval e religiosa, como Lucien Febvre mostrou; suas preocupações culturais e até seus conhecimentos, sem fazerem dêle um erudito e humanista no pleno sentido das palavras, incorporam-no nesse largo e complexo movimento de descoberta do homem e da natureza — do humanismo e da erudição. No entanto, como corretor e tabelião dos mercadores, mergulhava na vida mercantil internacional. Horizontes cosmopolitas; uma funda curiosidade pelo desvendar de novos mundos, pelo conhecer de povos exóticos.

O chamado "Manuscrito Valentim Fernandes" constitui uma juxtaposição, quando não amálgama de fontes heterogêneas que o alemão compilou, resumiu, completou e redigiu sem qualquer perfeição ou sequer preocupação arquitetônica. O códice não chegou, para mais, até nós em bom estado de conservação; há desordem na foliação, repetições, saltos, lacunas. Encontram-se nele indubitavelmente as seguintes obras autônomas:

a) "Crônica da Guiné" de Zurara, resumo e transcrição parcial por Valentim Fernandes, acabado em 1506 (fols. 216 r.-269 r. ou págs. 133-186 da ed. A. Baião). Carece de todo valor como texto zurariano.

b) "Relações" de Diogo Gomes (em latim), de que acima tratamos.

c) "Êste livro é de rotear".

d) "Viagem de D. Francisco de Almeida, primeiro visor-rei da Índia" — caderno de bordo da nau S. Rafael, pelo escrivão da feitoria Hans Mayr, 1505-1506. Só interessa ao conhecimento da Guiné pelas referências ao pôrto de Ale.

e) "Das ilhas de Dive" (Oceano Índico).

f) "Das ilhas do mar Oceano" — Canárias, Madeira, Açores, Cabo Verde, São Tomé e anexas, 1506, redigido por Valentim Fernandes. Aproveita passagens de Zurara, Diogo Gomes, Cadamosto, mas a descrição vale sobretudo pelas abundantes informações colhidas de testemunhas *de visu* posteriores (assim, por exemplo, para São Tomé e anexas, os relatos minuciosos de um marinheiro; Gonçalo Pires, que as freqüentara).

g) "A descrição de Ceuta por sua costa de Mauritània e Etiópia pelos nomes modernos prossequindo às vèzes algumas cou-

(29). — Biografia em: *As Cartas das Ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes*, por A. Fontoura da Costa (Lisboa, 1939).

sas do sertão da terra firme” (f. I e 45-63v ou págs. 9 e 33-42 da ed.). Escrita em 1507, foi dada ao morávio por um Pero não identificado.

h) “De Arguim ilha e seu castelo e trauto e da terra firme dela e deserto dela e da cidade de Oadem e do sal e outros lugares e das gentes destas terras e desertos, e animálias, aves e ervas e árvores e assi dos costumes da gente dela. Escrita por mim Valentim Fernandes em Tomar estando el-Rei ali ano de 1506 aos 18 de Junho de palavra de Joam Rodrigues, reposteiro do dito Senhor que per aquelas terras foi enviado del-rei Dom Joam o segundo no ano de 1493 e naquele tempo esteve lá dous anos e depois foi lá per muitas vezes” (f. 64-88 ou págs. 42-64).

i) Descrição da Serra-Leoa e regiões circunvizinhas, sobre informações dadas por Álvaro Velho, do Barreiro, com tóda a probabilidade o autor do *Roteiro da Primeira Viagem de Vasco da Gama*; na torna-viagem da Índia, em 1499, Álvaro Velho, em vez de acompanhar o Gama a Lisboa, deve ter ficado por alturas do Rio Grande e estanciou na Guiné uns oito anos; de regresso a Portugal, forneceu a Valentim Fernandes uma descrição das regiões para o sul daquele rio (30), provavelmente sob forma oral que o impressor reduziu a escrito.

j) Entre estas duas descrições, intercalam-se várias paginas onde há extratos de Zurara e Cadamosto mas também outros elementos que talvez façam parte dos relatos de João Fernandes e Álvaro Velho.

Estas descrições que por comodidade de designação reduziremos ao dístico João Fernandes-Álvaro Velho cobrem todo o Saara ocidental e parte do central e a Guiné ou Terra dos Negros no sentido clássico do termo, isto é, a África Negra ocidental e setentrional, do Cabo Verde ao gôlfo de Guiné para além da Serra Leoa. Se as caravelas portuguesas descobriram e exploraram metódicamente, a partir de 1433, as costas da África Ocidental setentrional para o sul do Bojador, os exploradores, agentes reais e mercadores penetraram profundamente no sertão da terra firme: em Uadam funcionou uma feitoria, os portugueses freqüentaram as feiras de Cantor e chegaram, na era quatrocentista e na primeira metade do século XVI, a Gini e Tombuctu. As referências de João de Barros são neste ponto corroboradas sem equívoco pelo conhecimento exato e preciso que as fontes portuguesas revelam da topografia, povos, correntes e práticas comerciais, costumes, vida econômica e social, crenças e práticas e formas políticas do Deserto e da Terra Verde até o coração do continente. Nada de análogo, ou sequer de longe comparável nas outras fontes européias cristãs. Em 1447 o genovês Malfante esteve no Tuat, sem

(30). — “*Roteiro da I.ª viagem de V. da Gama*”, ed. Fontoura da Costa (Lisboa, 1940), preâmbulo, págs. XI-XVII.

conseguir avançar mais para o sul; da Terra dos Negros não obteve mais que informações vagas, muito vagas, e algo fantasistas; a carta que escreveu do Tuat interessa ao conhecimento dêste oásis e um pouco dos Tuareg: eis tudo (e já é bastante).

Alguns historiadores falam de uma viagem do florentino Benedetto Dei a Tombuctu entre 1469 e 1474. Na *Cronaca di Benedetto Dei*, códice da Biblioteca Nacional de Florença, lê-se: "Sono stato a Tambettu luogho sottoposto al Reame di Barberia fra terra e favvisi assai (affari) assai e vendesi panni grossi e Rasci e Ghurnelli con quella costola che si fanno in Lombardia" (31). Sócio da casa Portinari, cujos negócios abrangem a Europa e o Oriente, percorrerá o Império Turco e todo o Levante, e visitará a França, Flandres, Alemanha e Suíça, até ser colocado à testa do Banco em Milão (32). Não admiraria, por isso, que tentasse alcançar o grande mercado do ouro sudanês. Mas aquela referência é algo de completamente isolado, e não traduz nenhum conhecimento preciso sobre aquela cidade ou o mundo negro — uma daquelas pequenas indicações que bastam para autenticar uma informação de tal monta. Nem sequer no ouro fala. Assim, a viagem do florentino não pode acolher-se sem expressas reservas, e seja como for é inteiramente inútil para aprendermos seja o que for sobre o Saara ou a Guiné (33).

As descrições de João Fernandes e Álvaro Velho não encerram qualquer elemento de maravilhoso ou sequer de fantasia. Muito minuciosas, resistem à prova das pesquisas geográficas e históricas, confirmam ou são confirmadas pelas fontes muçulmanas, e revelam um pertinente interesse pela complexidade da realidade indígena. São mais ricas mesmo, sobretudo para a Guiné ocidental, do que *Da África, terceira parte do mundo*, de João Leão dito o Africano, mouro que atravessou o Saara e visitou alguns reinos negros no começo de Quinhentos, e mais tarde, cativo dos cristãos, reescreveu em italiano, em Roma, o relato das suas vastas deambulações (34). *Da África* completa harmoniosamente as fontes portuguesas para as regiões menos iluminadas por elas: Saara setentrional e central e Sudão central.

"Este liuro he de rotear s. de todo Portugal e de Galiza atee Sorlinga e Oexamte e das yllas de Madeyra e dos Açores e de

(31). — Amat di San Filippo: *Biografia dei viaggiatori italiani* (1882) p. 154.

(32). — Idem, p. 152-6.

(33). — Paradoxalmente, autores como Th. Monod, geralmente avisados, aceitam sem rebuços a realidade histórica da viagem de Dei, todavia tão problemática, e rejeitam a das penetrações quatrocentistas e quinhentistas portuguesas, perfeitamente corroboradas.

(34). — *Description de l'Afrique tierce partie du monde* (1526), tradução Jean Temporal, Paris, 1556; nova ed. Paris, 1830.

Guynee”, que ocupa as fols 292r a 315r do “Manuscrito Valentim Fernandes” constitui o primeiro roteiro português que até nós chegou. Mas outros anteriores devem ter existido, que se perderam ou estão ignorados. “Êste livro é de rotear” indica sòmente os rumos e distâncias estimadas, sem descrições das terras e com apenas raras conhecenças. O próprio estilo — “sabe que...” — junto à simplicidade das indicações náuticas e ausência de preocupações geográficas, para não falar das etnográficas e comerciais, e o fato de terminar no gôlfo de Guiné levam a datar êste roteiro de *circa* 1480-1485. Um parágrafo que tem passado despercebido suscita certas dificuldades cronológicas: “Sabe que jazem as Antilhas com o Ferro leste e oeste. E ha na rota VII léguas largas. E estando nelas demorará as ilhas do Cabo Verde, s. a do Sal leste e oeste toma a quarta do Noroeste e sueste.” Trata-se sem equívoco — dados os rumos e distância — das Antilhas na América Central. Ora a primeira viagem de Colombo é posterior de alguns anos à data atrás apontada. Teremos, visto isso, de atrazar a data do roteiro? Esta solução coaduna-se pouco com a natureza do texto. Tratar-se-á, quanto àquêle parágrafo, de interpolação? Ainda há que admitir terceira hipótese: é que estas frases de “Êste livro é de rotear” se integram no conjunto de indícios de um conhecimento pré-colombino das Antilhas, que uma passagem do próprio Colombo sugere e outras alusões tornam provável. Parece-me dificilmente contestável que o roteiro em questão é anterior a 1485.

Uns vinte anos mais tarde, Duarte Pacheco Pereira principiará um outro roteiro, que não chegará a concluir, de âmbito universal e muito outras preocupações e características: o “Esmeraldo de situ orbis”, ou seja, o “de situ esmeraldo orbis” — do sítio verde ou marítimo do orbe, na feliz interpretação do Dr. José Dentinho de um enigma que resistira aos investigadores mais sagazes. O “Esmeraldo” não é apenas um roteiro, nem Duarte Pacheco apenas um marinheiro. Nauta experimentado, encarregado de explorações transatlânticas para os lados da Flórida, e do metódico reconhecimento das plagas africanas, ao longo de Marrocos, do Saara e de Guiné, sim. Mas também chefe militar cujas vitórias fundaram o prestígio português no Oriente, capitão, no fim de sua carreira, de São Jorge da Mina, humanista que conhece bem os geógrafos e cosmógrafos clássicos e medievais, além de outra literatura, homem desperto para as realidades e exigências do comércio. O “Esmeraldo” é simultaneamente um compêndio de cosmografia e náutica astronômica que apresenta soluções novas e práticas, um roteiro muito completo no feixe de indicações de rumos, distâncias, conhecenças e sinais, um compêndio de geografia comercial com elementos de geografia histórica. Mas seu in-

terêsse e importância não reside somente na conexão das matérias que sistematicamente expõe, reside acima de tudo no espírito que o informa. Não é ainda o espírito científico, cujas demonstrações se desenrolam unicamente no plano racional-experimental sem a mínima interferência de autoridades; ainda no "Esmeraldo" aparece, conquanto esporadicamente, acessoriamente, o apêlo à autoridade como prova. Não é mais todavia o simples "ouvir dizer", o "mais ou menos assim", o argumento puramente livresco. Perpassa por toda a obra de Duarte Pacheco a ânsia de precisão, de mostrar pela experiência, de medir com suficiente aproximação. Não se trata ainda de concatenar relações matemáticas, ou matemático-factuais, de estabelecer uma teoria verificável da realidade física. Mas também já não se trata dessa literatura livresca ou fantasiosa, com a "Imago Mundi" de Pierre d'Ailly que depois de Marco Polo e outros reproduzia sem pestanejar as fábulas incríveis de Plínio e outras obras antigas e medievais. Sem dúvida no "Esmeraldo" fala-se nos "homens com cabeça de cão" no interior da África e nas serpentes que se dissolvem na água; únicos passos que traduzem a continuação da velha mentalidade. Mas, no conjunto, no "Esmeraldo" há o sentido da diferença entre o possível e o impossível. Há escrupulo rigoroso na recolha dos dados (por não dispor de absolutamente seguros é que não chegou a escrever a parte consagrada à África Oriental). Há esforço metódico de mensuração exata e precisa, e não números ao acaso ou erros de 30%, 40% e mais (como em Colombo e tantos outros).

Escrito de 1505 a 1508, o "Esmeraldo de situ orbis" de Duarte Pacheco Pereira representa uma revolução cultural, de que não é aliás o único motor nem indício: a passagem de uma cultura sem sentido do possível e do impossível, sem preocupação pela medida, pela precisão e exatidão nem utensilagem para as buscar, baseada no "mais ou menos assim" e no "ouvir dizer" inverificado e nos argumentos de autoridade (35), para o que poderíamos chamar o humanismo técnico: o sentido da precisão e exatidão, a preocupação pela medida, a busca de provas verificáveis (36).

VITORINO MAGALHÃES GODINHO

(Centre National de la Recherche Scientifique,
Paris).

(35). — Vejam-se os estudos e ensaios de Lucien Febvre e Alexandre Koyré.

(36). — Sobre o "Esmeraldo", até hoje mal estudado, e sobre a utensilagem mental e a sensibilidade em Portugal nos séculos XV e XVI está Barradas de Carvalho a efetuar pesquisas segundo a orientação metodológica de Lucien Febvre.

O presente estudo, redigido em 1948 e agora apenas completado nas páginas finais, assenta no exame direto das fontes mas deve muito às análises e idéias de Duarte Leite, Veiga Simões, José de Bragança, Jaime Cortesão.